

O RETRATO NA PAREDE: Sociedade civil itabirana contra a minério-dependência.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Governança territorial; Minério-Dependência

1 INTRODUÇÃO

Desde o Brasil colônia, as riquezas naturais e, principalmente, as minerais do nosso território, são exportadas ao custo da vida indígena e preta. Mesmo com a globalização e com a industrialização, que, em tese, permitiriam a autonomia da nação brasileira na exportação de tecnologia ou matéria prima elaborada, ainda somos um país colonizado que continua enviando suas potencialidades e comprando-as reelaboradas. Além disso, consumimos, em grande maioria, a cultura do explorador, pode-se dizer que ainda somos um país colonizado.

Essa relação de país colônia pode ser observada a partir da história econômica da cidade de Itabira, localizada no estado de Minas Gerais que era uma cidade dotada de fábricas de explosivos, armas, tecidos, fundição de ferro, além do potencial mineral em ouro e minério.

Devido a sua potencialidade de recurso mineral e mão de obra, a cidade foi invadida por estadunidenses para explorar as riquezas minerais. No entanto, em um jogo político, o presidente Getúlio Vargas, estatizou a mineradora sobre a prerrogativa de fornecer o minério de ferro aos americanos durante a Segunda Guerra Mundial. Foi assim que de Itabira-Iron, nasceu a Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale S/A.

A relação da comunidade itabirana com a mineradora é permeada por conflitos e expropriações de terra, o que acarretou a atrofia de vocações econômicas e desmobilizou grupos de moradores que se apresentavam como “pedras no caminho” da mineração ao longo do tempo (ITABIRA, 2019). A truculência pode ser observada, uma vez que a Vale chegou a requisitar ajuda militar para remover algumas famílias de suas casas, conforme pode ser observado nos escritos de Guimarães de Souza (2007).

O sufocamento do desenvolvimento territorial não é exclusivo de Itabira, sendo recorrente em outras cidades afetadas pelo mesmo modelo de extrativismo capitalista. Como apontado por Christian du Tertre, é necessário que se rompa com a perspectiva da financeirização dos mercados, ou seja, aquela na qual a produção de bens e serviços é guiada pela lógica de ampliação da acumulação de lucros, sendo o foco dos empreendimentos orientado apenas para a produção de valor estritamente monetário para os gerentes e acionistas. É importante destacar que a Vale só existe em razão de Itabira, uma vez que nela foi fundada. Foi ela quem deu o subsídio para que a empresa pudesse se expandir e, até hoje, o legado mais evidente para os itabiranos é a devastação ambiental observada no centro da cidade, poluição do ar e medo de que 200 milhões de m³ de rejeito passem pela cidade.

O objetivo desse estudo, portanto, é compreender a percepção dos atores sociais itabiranos sobre o desenvolvimento socioeconômico da cidade e sua possível correlação com a minério-dependência. Além disso, buscou-se entender as possibilidades e alternativas sob o ponto de vista dos atores sociais, de modo a contribuir para a busca de melhorias para o desenvolvimento de Itabira. Para isso, identificamos as ações de desenvolvimento na cidade; o perfil dos atores sociais itabiranos; as impressões dos atores sociais sobre a governança territorial itabirana; e compreendemos as possibilidades percebidas pelos atores para o desenvolvimento de atividades econômicas não relacionadas à mineração.

É importante destacar, ainda, que há na literatura científica escassos estudos sobre saídas possíveis à minério-dependência. Uma das referências atuais para esse campo de pesquisa é o laboratório francês Analyse du Travail Et Des Mutations dan l'industrie et les Services (ATEMIS). Após o crime da Vale em Brumadinho, que culminou na morte de 254 pessoas e 16 desaparecidos, os franceses do ATEMIS, representados por Christian du Tertre e

Sandro De Gasparo, foram a Brumadinho propor um modelo de produção que não privilegie a venda em volume de um bem, mas que se opte por soluções que os associem a serviços e soluções.

Entretanto, trata-se de um caso europeu em exploração de carvão e pouco se discute sobre isso aplicado aos territórios brasileiros. Esse debate é urgente uma vez que o minério acaba em Itabira provavelmente nos próximos 10 anos e os crimes da Vale em Mariana e Brumadinho foram catalisadores intensos de insatisfação com um modelo de produção que privilegia o lucro e retorno a acionistas acima de tudo (MILANEZ *et al.*, 2019).

É um tema complexo e com diversos atravessamentos por cada local, principalmente em Mariana e Brumadinho, onde o capital social foi fragilizado devido à perda de suas casas e de vidas. Por outro lado, os franceses destacam que o fator de sucesso para sua independência foi a construção cooperativa entre a população.

Espera-se, nessa perspectiva, que este estudo sobre Itabira e sua dependência da atividade mineradora possa contribuir com a pesquisa acadêmica e servir de embasamento para que os atores sociais tragam ao campo do debate a capacidade dos habitantes afetados pela mineração de se mobilizar e criar alternativas viáveis para a minério-dependência. Dessa forma, os territórios irmãos e mais fragilizados podem se solidarizar, além de incentivar agentes de os outros locais afetados a se articularem antes que outro crime, como o de Mariana e Brumadinho, aconteça em seu território. O ativo mais valioso que as cidades mineiras possuem são seus habitantes. Os recursos naturais se esgotam, mas a capacidade criativa e inovadora que um grupo organizado pode desenvolver possui valor intangível.

2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Essa pesquisa busca compreender a percepção dos itabiranos sobre o desenvolvimento socioeconômico da cidade e sua possível correlação com a minério-dependência. Além disso, é de interesse entender as possibilidades e alternativas sob o ponto de vista dos moradores, de modo a contribuir para a busca de melhorias para o desenvolvimento de Itabira.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O desenvolvimento pode ser compreendido a partir de cinco perspectivas interligadas: Econômico; Social; Ambiental; Político-Cultural e Geográfico. A perspectiva econômica inaugura as discussões a partir do anos 40, sendo que o bem estar e o desenvolvimento social entraram somente em 60. O “ecodesenvolvimento” demarca-se a partir de 70, para somente em 1980 o desenvolvimento participativo e interno ser elaborado. Esse conjunto de paradigmas é que compõe o que pode ser chamado de “Desenvolvimento territorial Integrado” (CARAVACA, 2005).

Portanto, esse desenvolvimento se compõe a partir de uma rede interligada de oito variáveis (DALLABRIDA, 2019): Econômicas; Políticas; Sociais; Demográficas; Culturais; Tecnológicas; Ecológicas e Legais. Entretanto, aos olhos de Furtado (1982), a mobilização social e a sinergia entre esses atores são tidos como fator chave para o progresso de um território.

Até aqui foi possível perceber os multi-fatores que permeiam o desenvolvimento, seja ele à partir de qualquer recorte. Dallabrida (2015) considera que é necessário levar em consideração dois pontos de vista macro-regionais acerca do assunto: 1 – Globalização e Indústria 4.0; 2 – Poder controlado pelo mercado e não pelo estado

Uma das formas de compreender a dinâmica de cuidado de um território é por meio da gestão social. Esta, reforça a importância do estado em resolver demandas sociais do local

onde ele é responsável. Essa aproximação de entendimento estado-sociedade só seria possível por meio da cidadania, formada pela capacidade do cidadão de verbalizar suas demandas e no paralelo atendimento do estado, beneficiando a coletividade (TENÓRIO, 1998).

Chama à atenção de Tenório (1998), quais são as práticas do estado para se atingir esse fim, colocando-se entre o dilema da gestão estratégica ou da gestão social. Para que seja possível atingir esse entendimento, lança mão da teoria crítica inspirada em Jurgen Habermas para compreender os fenômenos políticos de um território, uma vez que por meio dela é possível estabelecer reflexões e esclarecimentos sobre os fatos a partir dos agentes de interesse.

A opção pela teoria crítica emancipatória em detrimento da ciência positivista tradicional, é corroborada ao entender que cada gestão-estado ou território-coletividade é dotado de particularidades sócio-históricas e conflitos de interesse, a variar por posições e influências políticas. Dessa forma, massificar e generalizar atores e informações pode incorrer em falhas de interpretação e análise dos fatos como são.

Por vezes, a urgência em se atingir resultados, executar ações eficazes e solucionar problemas da sociedade, faz com que a gestão pública lance mão de uma *gestão estratégica* como prioridade, entretanto, esta tem um viés utilitarista e é sustentada na teoria tradicional, apontada como insuficiente para entender a vida social, possuindo pouca capacidade de mudança e pressupõe a dominação tecnológica. Este último seria o ponto chave para o exercício do elitismo nas formas de pensar e agir, uma vez que desconsidera a construção e validação social de pessoas e povos em detrimento da tecnocracia (TENÓRIO, 1998).

O objetivo de Habermas é, portanto, desenvolver uma teoria que, diferentemente da *teoria tradicional*, positivista, denunciada por Horkheimer, permita uma práxis social voltada para um conhecimento reflexivo e uma práxis política que questione as estruturas sócio-político-econômicas existentes. A intenção é propor uma teoria que livre o homem dos dogmatismos e que contribua para sua emancipação (TENÓRIO, 1998).

Na contramão da execução hierárquica e fechada de gestão estratégica, a gestão social propõe uma construção coletiva, decisória e plural, consultando diversos sujeitos e grupos sociais. Dessa forma, a “verdade” só existe em consenso e a partir de uma intensa elaboração com diferentes pontos de vista, abdicando das preferências individuais e evitando que o interesse de um grupo de pessoas se sobressaia aos outros. A opção por uma gestão estratégica desconsidera a realidade e o bem comum das pessoas, encarando-as como um meio para atingir um fim particular, seja o lucro ou a manutenção no poder.

Essa insuficiência para lidar com os fatos sociais da tecno-ciência é um dos elementos apontados por Lévesque (2007) como pilar para se repensar um novo paradigma do desenvolvimento sustentável. Além dele, também cita; A desigualdade econômica criada pela globalização financeirizada; Dupla crítica, sendo uma social contra o capitalismo industrial e outra mais artística que pleiteava transformações no sistema de produção e consumo; Tecnologias de informação e Comunicação (TIC) que moldaram a economia demonstrando a importância da produção de saber para a primeira e fazendo com que as relações sociais sejam permeadas pelo fator econômico.

O que Lévesque (2007) propõe com essa mudança nas formas de pensar é o que pode ser chamado de Nova Sociologia Econômica. O econômico não é composto só pelo mercado, trocas e câmbios, bem como o social não é só um “coletivo consumista” passando a adquirir valor intrínseco como grupos e redes relacionais que possuem saberes e influências. Esse conjunto e o iminente acesso às potencialidades coletivas é o que pode ser chamado de capital social (PUTNAM, 2001).

Há pelo menos duas linhas de pensamento para se compreender a NSE. Uma delas é a de origem francesa, inspirada em uma junção entre economia e sociedade mesmo que se produzisse desigualdades (LÉVESQUE, 2007). Entretanto, o que chama a atenção dessa abordagem é a tentativa de minimizar essa agressão social por meio da intervenção estatal, pautando propostas como melhor distribuição do lucro das empresas para seus funcionários, como forma de atender algumas das necessidades destes. Orienta-se assim uma mudança na função das empresas como atoras do desenvolvimento.

Uma das formas utilizadas para que esse cumprimento do compromisso social fosse realizado, foi por meio da incorporação do público atingido no processo de tomada de decisão da respectiva empresa. Dessa forma, é executada uma forma de democracia não somente representativa mas também deliberativa e com governança apropriada. Partindo da desigualdade inerente, é razoável que uma sociedade que preze a manutenção dos direitos básicos se preocupe em lutar pelo consentimento, uma vez a relação entre classe dominada e dominante é interdependente para atingir seus objetivos (LÉVESQUE, 2007).

Do outro lado do atlântico, pesquisadores de língua inglesa e principalmente Granovetter se propõe a pensar a harmonia entre sociedade e economia como fator determinante para obter vantagem competitiva, além de ser a única forma capaz de entender a dinâmica de funcionamento do mercado: Por meio de redes e a capacidade ou não de mobilizá-las. Essas são capazes de favorecer o acesso à informação, estabelecer graus de confiança entre os atores pertencentes, garante maior facilidade de acesso ao emprego, acesso a produtos exclusivos e maiores chances de inovar no mercado atuante (GRANOVETTER, 2000).

Além dessa perspectiva global de Granovetter, existe também um grupo de pesquisadores cuja linha de pensamento foi intitulada como institucionalistas, uma vez que focavam na proteção e desenvolvimento das empresas. A eles, representados pelos neocorporativistas, entendem a governança e os bens coletivos ou públicos como uma vantagem competitiva na gestão das empresas, já que levam em conta o contexto socio-político em que estão inseridos e como se aproveitar disso.

A partir dessa explicação, Lévesque (2007) aponta a possibilidade de identificar convergências entre as duas abordagens no que concerne ao funcionamento *interno* das organizações e redes, como os processos de tomada de decisão, articulação, engajamento, bens públicos, privados e inovação. Também o é possível por meio de seus *resultados*, como geração de emprego, coletividade, impacto no meio ambiente e na qualidade de vida.

O horizonte da gestão social parece cada vez mais distante da prática das grandes empresas citadas por Acserald (2018), já que devido ao mundo globalizado e financeirizado essas corporações adotam uma espécie de marketing social para seus acionistas e em busca de legitimidade para com o poder público para requerer autorização para seus empreendimentos. Nem de perto remetem a práticas de responsabilidade social empresarial, uma vez que para isso é requerido das empresas uma justa distribuição dos riscos sociais e ambientais advindos de suas explorações.

As ações comunitárias práticas dessas empresas remetem mais a uma tentativa de “domesticar” o público atingido, controlando seus modos de ser e de pensar, evitando insurgências e conflitos (ACSERALD, 2018). Essa estratégia de controle pode ser desmembrada em três partes: 1) Negação da crítica comunitária, 2) Concordância com ressalvas sobre alguns problemas e oferta de compensações limitadas e/ou simbólicas, 3) Gerenciamento da própria crise, com seus próprios atores, deslegitimando os atores sociais locais (BENSON; KIRSCH, 2010 *apud* ACSERALD, 2018).

A importância do poder público na permissão e regulação das atividades extrativas é imprescindível, e Gudynas (2009) propõe fazer uma análise do *modus operandi* dos governos latino-americanos, principalmente nos de viés progressista ou de esquerda, que por essência

deveriam balancear os riscos e impactos socio-ambientais das atividades extrativistas. O autor elabora dez teses sobre a forma com que o estado se coloca na dinâmica mercado-sociedade.

Um dos fatores determinantes para guiar as práticas do estado é a de compreender a exploração como garantidora de desenvolvimento, entretanto, essas atividades são pautadas em atender demandas internacionais de matéria prima e de desejo dos investidores. Sobra ao estado um excedente financeiro minimamente viável fornecido pelas empresas para que o primeiro cumpra sua função social de reparação dos danos (GUDYNAS, 2009).

Por outro lado, é possível identificar uma série de concessões do estado para o mercado extrativista que se pautavam em negociatas, redes e trocas de favores político-empresariais. Um reflexo desse distanciamento da concessão com a responsabilidade de cuidado das sociedades atingidas é de que estes seguem reativos e conflituos em busca de compensações legítimas. Fato é que o estado se tornou dependente político-financeiramente das atividades extrativistas, o que os coloca em posição de submissão aos interesses globais (GUDYNAS, 2009). Esse é um costume presente desde a colonização agressiva feita na América Latina e que perpetua a insubordinação.

A relação de tensão e conflito é ainda bastante presente nos territórios atingidos, sendo dotado de conflitos armados, militares e policiais, legitimados pelo estado, o que vai contra a proposta de estabelecer relações de reparação que respeitem os direitos humanos. Medidas de compensação não parecem atender aos interesses da sociedade afetada e caminham somente no limite aceitável da financeirização do mercado internacional, ou até onde pode ajuda-los. Esse padrão é presente mesmo em empresas estatais, onde prevalece-se a prática da competitividade em detrimento da negligência em impactos socio-ambientais (GUDYNAS, 2009).

Alguns desses impactos identificados no extrativismo latino caminham desde o aumento da desigualdade social local até a contaminação da água e ar, além da conseqüente diminuição da bio-diversidade. Como se não bastasse, as práticas mitigadoras se apresentam insuficientes ou incompletas para resolver os efeitos colaterais da exploração. Um dos fatores que atenuam essa incapacidade é do conflito entre estado e sociedade, onde o primeiro busca formas de deslegitimar a luta dos atingidos, acusando-os de agir com interesses escusos, atacando as lideranças, não reconhecendo as causas e por fim forçando-os a aceitar os impactos em prol do bem maior da nação (GUDYNAS, 2009).

Agrava-se o debate da reparação também com críticas ao destino das compensações financeiras. O estado utiliza da forma que acha conveniente, em seus próprios projetos de desenvolvimento, com baixa participação dos atingidos na destinação dos recursos, deixando em aberto se de fato esses serão privilegiados pelos investimentos que estão sendo realizados. Enquanto não se chega a uma conclusão, as comunidades seguem fragilizadas e sofrendo com os danos do extrativismo, sem benefício direto (GUDYNAS, 2009).

O autor ainda chama atenção para o fato de que algumas ONGs e movimentos sociais acabam se incorporando ao estado sob o interesse deste para que as ações de reparação sejam executadas. Entretanto, o terceiro setor se torna uma “terceirizada” do estado e acaba agindo mais em interesse deste do que da população atingida, maquiando mais uma vez o discurso de preocupação social. Fato é que, se a contabilidade dos riscos sociais e ambientais fosse feita da maneira justa, construída com os atingidos, os empreendimentos extrativistas não valeriam a pena tamanha reparação que deveria ser feita (GUDYNAS, 2009).

Quadro 1 - Resumo das dez teses preliminares que caracterizam o neo-extrativismo latino dos governos progressistas na América do Sul.

1	Persiste a importância dos setores extrativistas como um pilar relevante dos estilos de desenvolvimento.
2	O progressismo sulamericano gera um extrativismo de novo tipo, tanto por

	alguns de seus componentes como pela combinação de velhos e novos atributos.
3	Se observa uma maior presença e um papel mais ativo do estado, com ações diretas e indiretas
4	O neo-extrativismo server a uma inserção internacional subordinada e funcional a globalização comercial e financeira.
5	Segue avançando uma fragmentação territorial, com áreas excluídas e enclaves extrativos associados aos mercados globais.
6	Além da prosperidade dos recursos, se produzem regras de funcionamento dos processos produtivos voltados a competitividade, eficiência, maximização do lucro e externalização dos impactos.
7	Se mantiveram ou se agravaram os impactos sociais e ambientais dos setores extrativos.
8	O estado capta, ou tenta, uma maior proporção do excedente gerado pelos extrativos, e parte desses recursos financiam programas sociais que são usados para legitimar socialmente a sua atuação.
9	Se revertem algumas contradições sobre o extrativismo e se passa a considera-lo como indispensável para combater a pobreza e promover desenvolvimento.
10	O neo-extrativismo é parte de uma versão contemporânea do desenvolvimentismo típico da América do Sul, onde se mantém o mito do progresso a partir de uma nova hibridização cultural e política.

Fonte: Gudynas (2009, tradução nossa).

A implementação de uma nova lógica econômica só seria possível uma vez que, ao processo de governança, fossem incluídos também as famílias, empresas e quaisquer beneficiários do território trabalhado. Para o funcionamento eficaz dessa governança, seria necessário: A avaliação da cooperação e a criação e manutenção de vínculos com os beneficiários para que as convenções de compromissos fossem fidelizadas. O que, por exemplo, não aconteceu em Itabira após a criação das 52 condicionantes, conforme apontado por Tubino, Devlin e Yap (2011).

Em Itabira, a elaboração das condicionantes em 2000 foi um processo exemplar de governança territorial, contando com a colaboração da sociedade civil, do poder público e da mineradora. Entretanto, o que foi feito não permitiu a cidade desenvolver novas vocações. Portanto, faz-se necessário revisitar e estimular a articulação desses atores sociais para identificar como a dinâmica de independência está funcionando atualmente.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória, uma vez que, segundo Gil (2008), esse tipo de investigação é utilizado a fim de aproximar-se mais de um problema, principalmente com os atores que vivenciam a questão tratada. Ainda segundo Gil (2008), “estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Tem-se, portanto, um instrumento ideal para a questão tratada, uma vez que os entrevistados são confrontados sobre a sua própria participação, à luz das experiências passadas.

Para obtenção dos dados primários, este estudo se valeu de questionários para a participação de 16 pessoas. Obtivemos taxa de resposta de 50%, com 8 pessoas respondentes. A coleta de dados compreendeu o período de agosto a outubro de 2019 e o contato foi feito inicialmente por telefone. As respostas foram obtidas também por ligação ou envio de formulário online, organizado no Google Formulário. Os dados foram organizados em uma

planilha do Excel para sua sequente análise estatística e geração de gráficos.

O questionário contou com 24 questões em escala linear de 1 a 4, para que o respondente pudesse se expressar em “discordo completamente”, “discordo”, “concordo” e “concordo completamente”. Todas as perguntas tinham a opção de justificar, possibilitando uma maior abrangência do problema.

Os atores sociais foram escolhidos em razão das instituições a qual pertencem na cidade de Itabira, bem como o histórico de participação na construção das condicionantes, além dos que possuem preocupação, monitoramento e proposição de soluções para os diversos problemas socioambientais demandados pelo território.

A profissão dos participantes foi reservada como forma de garantir o sigilo da participação e cada um será tratado por pseudônimo quando houver a transcrição literal de algum comentário relevante. Por se tratar de uma cidade interiorana e de cultura coronelista, preserva-se o anonimato para evitar possíveis retaliações.

5 DISCUSSÃO

5.1 Uma pedra no caminho

Uma das alternativas para que os municípios se desenvolvam além da exploração mineral é por meio da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). A empresa exploradora paga uma contrapartida financeira baseado no faturamento líquido à cidade e ao estado de onde se originam suas atividades:

Tais recursos não poderão ser aplicados em pagamento de dívida ou no quadro permanente de pessoal. As receitas devem ser aplicadas em projetos que direta ou indiretamente revertam em prol da comunidade local, na forma de melhoria da infraestrutura, da qualidade ambiental, da saúde e educação [...] A CFEM é um instrumento que pode ser utilizado para sanar alguns dos problemas sócio-econômicos causados pela exploração mineral. Problemas esses que ocorrem por falta de um conjunto de mecanismos e fatores institucionais que não suportam a sociedade que vive nos municípios produtores. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2012, p. 180, 185)

Apesar dessa orientação para o uso da compensação financeira, um estudo elaborado por Enríquez (2007), em municípios dos estados de Minas Gerais, aponta que falta fiscalização na administração dos recursos, bem como não está claro na lei onde devem ser feitas as aplicações de tais recursos. No caso de Itabira, atualmente, somente 20% da arrecadação é direcionada a alternativas de desenvolvimento econômico pós-mineração. O município passa por uma dependência histórica do CFEM e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para equilibrar suas contas gerais. (VILA DE UTOPIA, 2019). É importante destacar que a atividade mineradora influi diretamente também na circulação do ICMS da cidade.

Como forma de sair da minério-dependência, que acarretava a poluição dos rios, do ar, doenças respiratórias e esgotamento de água, na década de 80, a sociedade civil, composta por profissionais autônomos, associações e poder público, se reuniam para discutir os problemas ambientais de Itabira. Esses movimentos originaram duas ações civis “contra a Vale em referência à poluição do ar, degradação ambiental e destruições cênicas e históricas da cidade.” (TUBINO; DEVLIN; YAP, 2011), que até hoje não tiveram definição jurídica. Destaca-se, ainda, que o Brasil passou por um amplo processo de redemocratização concomitante a esse movimento.

Além disso, foram elaboradas nos anos 2000 diversas condicionantes para a Vale cumprir, que visavam o desenvolvimento socioambiental de Itabira. Essas condicionantes

tenham que ser cumpridas para a empresa adquirir sua licença social para operar. A elaboração dessas condicionantes contou com a colaboração da prefeitura, representantes da Vale S/A e da sociedade civil. Essa participação em conjunto foi uma ação exemplar no processo de apropriação dos cidadãos sobre o destino da sua própria cidade. Apesar do cumprimento de algumas condicionantes (3, 5, 4, 22-26, 14, 7, 36, 39, 40, 41, 49²), a Vale absteve-se de outras, como o cuidado com a água (Condicionante 12) e cuidados com as áreas de conservação e biodiversidade (Condicionantes 34, 37, 38). Além disso, após investirem em infraestrutura social, como quadras e praças, não se preocuparam em realizar a manutenção e em capacitar a comunidade para tal, em vista que isso não reforça a saída para o desenvolvimento sustentável da cidade (TUBINO; DEVLIN; YAP, 2011).

Uma das alternativas para superar a minério-dependência, e com isso estabelecer uma responsabilidade horizontal, foi a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico de Itabira (FUNDESI). Tratava-se de uma concessão de terrenos e empréstimos assegurados pela prefeitura para que empresários da cidade pudessem desenvolver suas iniciativas. Foram contempladas 76 empresas, das quais apenas 21 quitaram sua dívida. Em entrevista ao jornal O Trem³, o ex-prefeito Jackson Tavares (2019, p. 4), afirmou que “Uma elite itabirana se apropriou dos recursos do FUNDESI. Ela é mesquinha e é ela quem atrapalha o desenvolvimento da cidade”. Sobre os valores em dívida, a gestão atual da prefeitura ainda não conseguiu apurar o quanto falta o poder público receber.

O fetiche industrial não é o único horizonte na perspectiva itabirana. Na década de 90, instituiu-se a Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira (FUNCESI), objetivando a maior oferta de graduações para Itabira e região. Em sua gênese, procurou focar no desenvolvimento dos alunos e da comunidade. A educação como alternativa ganhou mais impulso após a chegada da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), que instalou um campus na cidade ofertando 2.500 vagas para cursos de graduação. Entretanto, a maioria dos seus alunos são oriundos de outros estados e a maior oferta é de cursos para as áreas de engenharia. Até hoje, a Vale S/A investiu R\$ 150 milhões nos laboratórios e na infraestrutura da universidade federal (PROJETO, 2019). Infelizmente, essa não é uma característica que produza autonomia para a cidade e ainda contribui para a ampliação da minério-dependência, reforçando o nó que sufoca Itabira, uma vez que grande parte da formação superior que a empresa apoia tem o intuito de criar mão de obra para a própria mineradora.

Além da FUNCESI e UNIFEI, instalaram-se em Itabira as faculdades Unicesumar, Pitágoras e UNA. Todas com alta adesão de alunos e alto investimento em infraestrutura, caracterizando uma perspectiva de alocação territorial de longo prazo. É importante destacar que a Vale desenvolve um programa de benefício interno que custeia até 80% da mensalidade de um curso superior para seus funcionários, desde que a área de conhecimento esteja alinhada com sua atividade dentro da empresa. Retornamos aqui o argumento de que essas práticas reforçam o congelamento da cidade em reforçando a minério-dependência. Apesar de ser uma prática que promove a formação profissional, esse investimento no quadro de funcionários ainda não pode ser considerado uma ação de desenvolvimento para a cidade, visto que continua centrado dentro da empresa e no avanço de sua própria atividade, conforme denunciado por Drummond ainda em 1950 e revelado pelo jornal O Trem (2019).

Não só a indústria e a educação, mas a saúde também foi apontada por Cunha e Guedes (2017) como um catalisador de desenvolvimento territorial, a partir dos estudos de Guimarães (2017), uma vez que Itabira possui 380 estabelecimentos da área. Além disso, a cidade é referência em atendimento para distritos e cidades vizinhas como Santa Maria, Bom Jesus do Amparo, Itambé, Nossa Senhora do Carmo, São Gonçalo do Rio Abaixo e Passabém. Cogitava-se que a UNIFEI abrangesse cursos de medicina, mas essa proposta não foi cumprida até o momento e não há indícios de que será executada em curto prazo pelo Ministério da Educação (MEC), assim como campanhas que surgiram com a promessa da

instalação do hospital da Confederação Nacional das Unidades Médicas (UNIMED).

Até então, as iniciativas e participações populares para o desenvolvimento do território itabirano mostraram-se parcialmente satisfatórias, mobilizando grandes processos decisórios e de alto impacto para a população, mas sem continuidade. A partir dos estudos de Tubino, Devlin e Yap (2011) foi possível identificar que a mobilização social desencadeada durante a elaboração das condicionantes não se manteve, o que pode ser um fator para explicar o porquê das iniciativas não terem sido concluídas em sua plenitude.

Apesar de que a atividade minerária ser a “única que avisa quando começa e termina suas atividades”, a Vale S/A omitiu dos cidadãos o esgotamento da sua atividade extrativista em Itabira em 2028. O fato foi descoberto ao acaso, por meio de investigação em revista internacional da área minerária pelo jornal “O Trem”, nativo da cidade. Essa atitude revela a falta de transparência e coparticipação social nas tomadas de decisão da empresa com seus impactos socioambientais, uma vez que junto à notícia, não havia nenhum plano de recuperação territorial em vigência (MENDONÇA, 2019). Portanto, o presente estudo tem o intuito de revisitar as impressões que alguns cidadãos têm sobre as ferramentas de possível-independência atuais, uma vez que a sociedade mostrou-se capaz de refletir e propor com eficácia os processos de autonomia do território.

Nesse contexto, é urgente a mobilização social para mais uma vez se desenvolver ações que possibilitem superar a minério-dependência, já que esse modelo extrativista mineral apresenta limites de desenvolvimento sustentável e os moradores continuam na cidade sofrendo os efeitos colaterais da exploração (falta de água, poluição do ar, desmobilização social, economia dependente, recursos minerais esgotados sem compensação, estética territorial degradante).

5.2 Tirar a pedra do caminho: a sociedade civil e suas lutas em Itabira

De acordo com a necessidade de alternativas econômicas, os atores demonstram que a cidade precisa de alternativas econômicas. Os respondentes destacam que já não era pra se depender do minério faz 40 anos e que ele acaba em 2028. É preciso garantir a economia do município e dos comerciantes, mas que ainda é preciso evoluir muito nas melhorias da cidade.

Além disso, os entrevistados destacam que as alternativas atuais estão “míopes” e limitadoras, uma vez que os projetos estão concentrados apenas na UNIFEI e que “depositar todos os ovos na mesma cesta” não dá certo e pode causar um efeito dominó: se der errado, o minério já terá acabado e a cidade não terá mais recursos para se desenvolver. Questiona-se também se esse projeto é capaz de gerar receita na mesma proporção ou maior do que a atividade minerária proporciona atualmente.

A governança territorial também foi questionada, uma vez que a prefeitura atua de forma “imperial”, tem o centro das decisões e não abre a discussão da minério-dependência e conversa somente com a Vale. Ainda de acordo com o público, a definição de projetos relacionados à independência do município não tem de ficar na mão da prefeitura e que a cidade tem instituições sólidas que podem contribuir para o debate: Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Associação Comercial, Industrial de Serviços e Agropecuária de Itabira (ACITA), FUNCESI e outras instituições de ensino. Portanto, a importância da prefeitura se caracterizaria de três maneiras: grau de responsabilidade, disponibilidade de informações e responsabilidade de transmitir confiança para a população.

Os respondentes apontam que as instituições da sociedade civil e as instituições a quais representam são fundamentais nesse processo, isso demonstra o engajamento e a responsabilidade que os atores mantêm pela cidade para seu desenvolvimento, fator primordial para que sejam elaborados espaços e processos de tomada de decisão coletiva nos territórios.

Essa governança é confirmada quando os participantes relatam que eles e suas instituições conversam frequentemente sobre novas alternativas econômicas para a cidade. Um dos espaços relevantes para esse debate foi o Fórum de Desenvolvimento e Sustentabilidade liderado pela ACITA em 2010, trabalho atualmente parado, mas que compunha 72 organizações da sociedade civil ao redor da temática desenvolvimentista itabirana.

Por outro lado, somente o desenvolvimento econômico não é apontado como suficiente para a cidade. Uma das sugestões é que a cidade assuma também a vida da cultura e turismo, já que Itabira é o berço de Carlos Drummond de Andrade e possui obra de Oscar Niemeyer.

Apesar de demonstrar preocupação e interesse com o desenvolvimento da cidade, alguns participantes disseram não conhecer bem os projetos elaborados na cidade. Um fator que pode levar a essa discrepância de conhecimento dos projetos é a falha de planejamento participativo entre poder público e sociedade apontado pelos participantes. Segundo um cidadão: “Só existe um (Projeto) Implantação do campus itabirano da UNIFEI. E não cumpriu a sua meta nos 10 anos iniciais. A meta inicial era ter 10 mil alunos, a meta esta longe de ser batida. Tem 2.500 a 3.000 alunos.” (João).

Durante o processo de elaboração dessa monografia, a prefeitura cogitou a instalação de um porto seco e aeroporto na cidade. Porém, os respondentes da pesquisa dizem que a cidade não tem mão de obra para atender esse projeto, o que geraria emprego para pessoas de fora da cidade restando aos itabiranos vagas de emprego em serviços gerais e menos qualificados. Um dos participantes disse que esse projeto não foi bem compreendido por ele, que faltou clareza da prefeitura, fazem o que querem, não dialogando francamente com a população e tudo muito oculto no gabinete.

A respeito do engajamento da população itabirana na superação da minério-dependência, é relatado que a população precisa acordar e “socar pressão”, que estão muito acomodados. Ainda sobre, relatam que tudo gira em torno da Vale na cidade: Comércio, hospital e até a prefeitura. “Tudo que vão fazer na cidade a Vale tem que entrar com ajuda, parceria.” (Piedade).

5.1.1 Educação e minério-dependência

A cidade conta com uma fundação de ensino superior, três universidades privadas e uma universidade federal, os participantes foram questionados sobre o quanto e como a educação pode ser uma alternativa para independência do minério. Corroboraram a hipótese, mas por outro lado, quando questionados dos projetos realizados pelas universidades nos diversos bairros e grupos sociais da cidade, foi apontado que possuem ações distantes e pontuais, sem projetos permanentes, sempre focando em fim de semana, feriado, data cívica ou comemorativa:

UNIFEI desenvolve no próprio campus. Ela funciona como um corpo estranho e não amalgamou na cultura de Itabira. E já tem 10 anos. Cobro que a UNIFEI participe mais dos problemas itabiranos. Mineração, poluição, cultura. UNIFEI está distante, até fisicamente. (João).

O assunto do aproveitamento de mão de obra formado pela universidade também foi questionado, mas alvo parcial de críticas a depender do perfil da instituição:

UNIFEI forma engenheiro. Existe demanda em Itabira pra absorver o pessoal que sai lá? A grande parte volta pro seu local de origem, interior de São Paulo. Na FUNCESI geralmente é um público daqui, forma lá e fica por aqui. A UNIFEI é um público fugidio, não cria raiz. Forma e vai embora. (João).

Também foi apontado a relação de dependência entre universidades em relação à Vale. Um dos argumentos é de que nas universidades particulares, 1/3 dos alunos seriam funcionários da Vale em função da sua política de bolsas. Apesar de ser um número relevante, não causaria, segundo eles, dependência. Por outro lado, a UNIFEI é apontada por ter todos os laboratórios financiados pela mineradora, além de que foi anunciado mais um investimento de R\$ 100 milhões na construção de novos prédios: “Toda Itabira depende da Vale.” (João).

Por fim, foi necessário entender se as iniciativas atuais da educação estão de fato contribuindo para a diversificação econômica. Os que concordam em algum grau utilizam o argumento baseado na UNIFEI, destacando que é o único projeto sério e de amplo alcance substituir o minério. Por outro lado, há um ponto de concordância entre os que concordam e discordam, já que o projeto do centro tecnológico tem 10 anos e não foi executado, além de que apenas a área de serviços e habitação é beneficiada, o que não gera grande valor tributário nem assegura o desenvolvimento da cidade. Além disso, há quem diga que “Se a Vale sair de Itabira agora a cidade entra em crise.” (Paulo). “Todas as iniciativas na área de educação contribuem. Certamente é possível e necessário avaliar permanentemente a melhor adequação de cada curso/instituição de ensino para que as contribuições sejam mais efetivas.” (Andrade).

Uma das formas para que a educação possa contribuir mais para o desenvolvimento da cidade é no que diz respeito ao centro tecnológico, que “está devendo”, ampliar cursos (sair do espectro da engenharia), capacitar à mão de obra, promover discussões com seriedade e com liberdade sobre grandes temas em Itabira: “fazendo a inteligência do Brasil circular em Itabira; intercâmbio com grandes pensadores; encontros locais com pessoas que pensam a cidade de Itabira.” (João); auxiliar na instalação de novas empresas, diminuição da desigualdade socioeconômica e, por fim, proporcionar clareza das demandas da sociedade, realizando diagnósticos com os profissionais qualificados e usando de subsídio para criar projetos de médio/longo prazo nos temas: culturais, lazer, idoso, esporte, criança e adolescente, vulnerabilidade social, baixa renda e empreendedorismo, por exemplo.

De forma a potencializar a capilaridade das participações sociais, foi sugerido também que as Universidades e demais instituições da educação invistam mais na capacitação das pessoas dispostas a empreender e possibilitar às lideranças comunitárias, empresariais e políticas, principalmente, capacitações na área de gestão/organização e elaboração e execução de projetos. Investir mais na formação e capacitação de professores para todos os níveis de ensino e na melhoria da estrutura física, material e tecnológica das escolas públicas.

5.2.2 Saúde e minério-dependência

O participantes também concordam que a saúde pode ser uma saída para a cidade.. É importante destacar que, segundo um dos entrevistados, o hospital Carlos Chagas é custeado 60% pela CFEM, que deveria ser utilizado para o desenvolvimento da cidade. “Caso não exista outro meio de manter o hospital, o mesmo quebrará com o fim do minério.” (Paulo).

Temos dois hospitais, para o terceiro da UNIMED. Temos boas clínicas, especializadas, ocorre investimento do investidor local na área da saúde, abrindo clínica e atraindo empresas de fora para se instalar aqui. Tem empresas aqui crescendo. Tem potencial significativo. É polo de convergência para atender demanda de cidade menor. (Andrade)

A respeito do quanto à cidade de Itabira possui profissionais e tecnologias qualificados para atender as demandas do setor a concordância mas ressalvas com relação a alguns serviços que ainda não são contemplados na cidade: cirurgia cardíaca de alta complexidade, algumas tecnologias de diagnóstico por imagem, tecnologia de transplante.

Com relação a complementariedade entre formação de mão de obra a nível técnico e

superior que atendam as demandas das clínicas e hospitais também existe ressalvas. Destacam que o curso de medicina proposto pela UNIFEI está pendente e a FUNCESI, com fisioterapia e enfermagem tem suprido diversas demandas na cidade.

Os respondentes destacam que uma das formas para que a saúde contribua mais para o desenvolvimento da cidade é com a implementação de uma escola de medicina pública, cursos de enfermagem e psicologia, além de opções em pós-graduação na área de saúde como um todo. O campo do debate foi novamente suscitado, na área de barragem, poluição e saúde mental: “A rede precisa discutir isso com mais eficácia.” (Augusto). Além disso, destacam também a necessidade de investir mais na melhoria da estrutura física, material e tecnológica das unidades públicas de saúde (PSFs, Pronto Socorro e Hospital Carlos Chagas):

Investidores do segmento poderiam investir mais. Identificar nichos de mercado. Pelo poder público, alargar serviços que ele presta. Ao mesmo tempo os hospitais. A partir de diagnósticos para nicho de mercado e demandas, investir um pouco mais na ampliação dos serviços. Se é de média complexidade, buscar a alta. Trabalhar o certificado de qualidade. (Andrade).

Destaca-se que a saúde foi apontada com maior otimismo sobre a possibilidade de se tornar uma alternativa de desenvolvimento da cidade em relação à educação, apesar de se complementarem. É preciso considerar que as críticas relacionadas ao setor de saúde pautam-se em projetos particulares em vigor organizados pela sociedade enquanto ainda não se tem ciência de algo articulado pelo poder público voltado ao setor.

5 CONCLUSÃO

Foi possível identificar no presente estudo que a independência econômica e o desenvolvimento do município são um consenso entre os atores sociais, entretanto, o fator primordial para que isso aconteça ainda não é concretizado: uma gestão horizontal por parte do poder público, com diálogo dentro da sociedade. Talvez seja por essa razão que os participantes acreditem que as ações da prefeitura estão “míopes” e, além de tudo, não conseguem transmitir com clareza as propostas à população.

O interesse em uma rede de atores itabiranos já existe, além de discussões entre diversas instituições, o que facilita a criação de um ambiente formal e propositivo para a resolução da minério-dependência na cidade, além do que as instituições se sentem co-responsáveis juntamente à prefeitura para assegurar o desenvolvimento da cidade.

Uma vez que a prefeitura e os atores sociais estão ou se sentem mobilizados para a independência da cidade, os respondentes destacam que a população itabirana como um todo está acomodada, voltada pra dentro e pouco ou nada faz para que novas alternativas sejam criadas: seja colocando pressão na prefeitura ou na Vale. Outro grupo que foi convidado a agir foi o dos empresários, que aparentam estar acomodados, mas que são um dos grandes responsáveis por inovar e empreender.

A educação é considerada uma alternativa de desenvolvimento para a cidade, mas apresenta mais lacunas do que impactos positivos. A UNIFEI está distante da sociedade, realiza ações figurativas, não cumpriu sua meta de 10.000 alunos, não desenvolveu parque tecnológico e as ações feitas estão voltadas para dentro dela mesma. Por se tratar de um centro de ensino, há também ressalvas sobre o aproveitamento da mão de obra que é formada, uma vez que a cidade não tem capacidade de absorver os formandos, fazendo com que os alunos voltem pra sua cidade de origem. Um cenário diferente é observado a partir da FUNCESI, uma vez que atrai alunos de Itabira e região, formando mão de obra que é absorvida pela demanda da própria cidade.

O grau de dependência das Universidades com relação à Vale também causa debate, já que a UNIFEI e seus laboratórios são desenvolvidos com financiamento da Vale e, em média, um terço dos alunos de faculdades particulares estão lá graças a programas de incentivo da própria mineradora, fora os que podem se matricular graças aos empregos gerados indiretamente pela atividade extrativista.

Com relação à saúde, como alternativa para o desenvolvimento da cidade, houve grande concordância e maior otimismo por parte dos respondentes. Até o momento, não foi possível identificar um projeto da prefeitura que tivesse esse foco. A partir dos resultados, a cidade tem demanda por se tratar de uma referência regional de atendimento, de profissionais capacitados e de tecnologia de ponta.

Por outro lado, é necessário investir em atendimentos de maior complexidade para que possa se gerar mais impacto social e renda, além da criação de novos cursos de nível superior públicos como Medicina, Psicologia e Enfermagem. Algo que causa ressalva é a utilização da CEFEM para sustentabilidade do Hospital Carlos Chagas, o que compromete a criação de alternativas para cidade e torna o atendimento em saúde diretamente dependente da exploração mineral.

Como observado, os atores sociais estão cientes dos problemas e potencialidades da cidade. Desde a criação da Vale em Itabira, os cidadãos se atentaram que “minério dá uma safra só” e reivindicaram e reivindicam com sucesso a independência da cidade que teve suas vocações sufocadas pela mineração. Unificar a sociedade em um grupo independente que possa discutir e propor com seriedade o desenvolvimento da cidade parece ser uma alternativa plausível, uma vez que o tema não estaria concentrado em interesses políticos ou econômicos.

Devolver Itabira para seus próprios habitantes parece ser a primeira saída para que não mais dependam da exploração. É necessário que o poder público legitime os processos de governança territorial. Esse foi o objetivo principal desse estudo: propor uma ferramenta de manifestação dos atores sociais da cidade para que pudessem reforçar a sua legitimidade no processo de desenvolvimento do território, assegurando que, assim, o projeto de emancipação se torne uma realidade.

O estudo de Itabira, município emblemático pela pujança da atividade mineradora e também pela melancolia que a degradação ambiental pode gerar, imortalizada na poesia e no “auto-exílio” de Drummond, pode servir de inspiração para novas investigações no campo de conhecimento da Administração orientadas pela noção de “Minério Dependência”. Estudos dessa natureza, capazes de colocar em xeque o lugar comum de associar grandes empreendimentos empresariais, sobretudo os do campo da mineração, ao desenvolvimento dos territórios são centrais, sobretudo quando conseguem colocar em evidência vozes, visões e formas de existir e resistir de atores da sociedade civil que muitas vezes são tornadas opacas, sem vida e sem potência nos estudos tradicionais sobre gestão de *stakeholders* e neutralização de conflitos, infelizmente hegemônicos na Administração e na gestão ambiental.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. **Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neo-extrativismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

ANDRADE, Carlos Drummond. Deveres sociais. **O trem Itabirano**, Itabira, n. 162. Abr. 2019. P. 3.

CARAVACA, I.; GONZÁLEZ, G.; SILVA, R. Innovación, redes, recursos patrimoniales y desarrollo territorial. **EURE**, Santiago, v. 31, n. 94, p. 5-24, 2005.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (Brasil). Entenda a CFEM: compensação financeira pela exploração de recursos minerais. *In*: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (Brasil). **Estudos Técnicos**. Brasília: CNM, 2013. v. 5, p. 179-188.

CUNHA, Ana Maria Botelho Marinho da; GUEDES, Gilse Barbosa. **Mineração e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):** o desafio da diversificação econômica em Itabira (MG). Rio de Janeiro: CETEM/MCTIC, 2017. (Série Estudos e Documentos, 94).

DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, Lisboa, n. 215, p. 304-328.2015

DALLABRIDA, Valdir Roque. **O debate contemporâneo sobre desenvolvimento:** bases teóricas, desafios e possibilidades. 27 mar. 2019. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 44 slides: color

DALLABRIDA, Valdir. **Território, identidade territorial e desenvolvimento regional:** reflexões sobre indicação geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. São Paulo. 2013.

DU TERTRE, Christian. **A experiência francesa na construção de novos modelos de desenvolvimento sem a mineração.** 22. abr. 2019. Brumadino, Minas Gerais. 26 slides: color

FURTADO, Celso. **A nova dependência.** Editora: Paz Terra, 1982.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Editora Atlas, 2008

GRANOVETTER, M. **Le marché autrement:** essais de Mark Granovetter. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progressismo sudamericano actual. *In*: CENTRO ANDINO DE ACCIÓN POPULAR; CENTRO LATINO AMERICANO DE ECOLOGÍA SOCIAL. **Extractivismo, política y sociedad.** Quito, Ecuador: CAAP, CLAES, 2009. p. 187-225.

GUIMARÃES DE SOUZA e SILVA, M.R. **Da paciência à resistência.** Conflitos entre atores sociais, espaço urbano, e espaço de mineração. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.

GUIMARÃES, Carolina. MILANEZ, Bruno. Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação: revisitando Itabira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 41, p. 215-236, ago. 2017.

GUIMARÃES, Carolina. **Tinha um minério no meio do caminho**: Desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável em um município minerador: estudo de caso em Itabira-MG. Juiz de fora – 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção), Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

ITABIRA tem registro histórico de conflitos da Vale com comunidades que eram “pedras no caminho” da mineração. **Vila de Utopia**, Itabira, MG, 09 fev. 2019. Disponível em: http://www.viladeutopia.com.br/itabira-tem-registro-historico-de-conflitos-da-vale-com-comunidades-que-eram-pedras-no-caminho-da-mineracao/?fbclid=IwAR2lqLr3kEwCM8DMHlb_Z7AEYeWBfZmLW2kQfYs-W4bvsI8HmtThY2wUEc. Acesso em: 16 abr. 2019.

LÉVESQUE, Benoît. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 47, n. 2, abr./jun. 2007.

MENDONÇA, Marcos Caldeira. Fim do minério em 2028: Vale omitiu de Itabira descoberta no pico do Cauê do mineral jacutingaita. **O Trem Itabirano**, Itabira, n. 160. Fev. 2019. p. 8.

MENDONÇA, Marcos. Ninguém pode garantir a permanência da Vale em Itabira após fim do minério. **O Trem**, Itabira, MG, n. 155, 1. ago. 2018.

MILANEZ, Bruno *et al.* Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba. **Versos - Textos para Discussão Poemas**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 1-114, 2019. Nov. 2019

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, v. 8, n.4, p. 79-105, 2009.

PREFEITURA de Itabira tem receita maior no quadrimestre, mas gasta mais do que arrecada mesmo com a mineração chegando ao fim. **Vila de Utopia**, Itabira, MG, 30 set. 2019. Disponível em: <http://www.viladeutopia.com.br/prefeitura-de-itabira-tem-receita-maior-ano-quadrimestre-mas-gasta-mais-mesmo-com-a-mineracao-chegando-ao-fim/> Acesso: 27 nov. 2019

PROJETO universitário de Itabira avança com novos investimentos da Vale e Prefeitura na expansão do campus da Unifei. Vila de Utopia, Itabira, MG, 23 out. 2019. Disponível em: <http://www.viladeutopia.com.br/projeto-universitario-de-itabira-avanca-com-novos-investimentos-da-vale-e-prefeitura-na-expansao-do-campus-da-unifei/> Acesso: 11

PUTNAM, R. D. **Making democracy work**: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

SILVA ENRÍQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da. **Maldição ou dádiva?**: os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TENÓRIO, Fernando C. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **RAP: Revista de**

Administração Pública, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

TUBINO, D.; DEVLIN, J. F.; YAP, N. A busca pela responsabilidade socioambiental em Itabira (MG). In: **Recursos minerais & sustentabilidade territorial: grandes minas**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. v.1. p.307-332